



11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

04.06.2014

PAOD

Declaração Política

Handwritten initials: FM

1. Na primeira reunião de Câmara Municipal de Odivelas realizada após as eleições para o Parlamento Europeu os vereadores da CDU apresentam a leitura dos seus resultados e as ilações políticas que deles resultam sublinhando por isso:
 - **o assinalável avanço eleitoral da CDU: passou de 10,7% para 12,7%, aumentou no número de votos (mais de 35 mil) e deputados, de dois para três deputados sendo a terceira força política mais votada. Um resultado que é o mais expressivo dos últimos 25 anos.**
 - **a pesada derrota registada pelos partidos que constituem o atual governo; o PSD e o CDS-PP tiveram a menor votação de sempre em qualquer eleição (27,7%), descida muito significativa em percentagem e igualmente em número absoluto de votos. A esta derrota soma-se a que resulta das decisões do Tribunal Constitucional ao declarar a inconstitucionalidade de decisões tomadas pelo governo à margem da Constituição da República.**
 - **Uma forte penalização dos partidos da política de direita e da Troika – o PS, PSD e CDS-PP – que em conjunto viram a sua votação reduzir-se passando de 66,6% em 2009 para 59,1% em 2014.**

Destaca-se que o PS registou um crescimento muito abaixo das suas expectativas e das suas tentativas bipolarizadoras. Sendo o Partido mais votado por escassa diferença (31,5%) relativamente ao PSD/CDS-PP, mas ficou muito aquém da recuperação dos deputados e de votação perdida em 2009 em que obteve os seus piores resultados eleitorais de sempre. Um resultado eleitoral inseparável da sua responsabilidade pelo PEC e co-responsabilidade pelo Pacto de Agressão da Troika, pelo Tratado Orçamental, pela adesão ao Euro, pela União Económica e Monetária e por tantos outros instrumentos desta construção europeia neoliberal, federalista e militarista.

Nestas eleições regista-se, ainda uma quebra significativa de votação no BE, de 10,7% para 4,5% com redução de dois deputados.



Quanto ao resultado obtido por Marinho e Pinto em nome do MPT é inseparável da dimensão de concepções populistas na sociedade portuguesa e da promoção que lhe foi dedicada por alguma comunicação social, que muitas vezes branqueou o que é o seu apoio, no essencial, às políticas que trouxeram o País à situação atual.

Não pode deixar de ser assinalada a elevada abstenção, superior a 66% (próxima da registada em anteriores eleições) o que para a o PCP e para a CDU não é separável daquilo que para muitos é um sinal de desistência perante as tremendas dificuldades impostas pela política de direita ou de descrença radicada na frustração de votos dados a quem ao arrepio das falsas promessas os usou para comprometer as suas condições de vida.

Os resultados no concelho de Odivelas acompanham os resultados nacionais traduzidos na redução de influência eleitoral do PSD/CDS-PP com menos 5 500 votos que em 2009 e uma descida de 11 pontos percentuais; o PS sendo a força mais votada, com uma subida de 1 664 votos relativamente a 2009 está muito aquém do resultado obtido em 2004.

Em contrapartida, a CDU sobe 2 pontos percentuais relativamente a 2009 e é a única força política que vem reforçando, paulatinamente, a sua votação pelo menos desde 2004.

Queremos ainda fazer um breve apontamento sobre a nossa leitura dos resultados eleitorais na União Europeia: eles traduzem uma acentuada perda de influência eleitoral das forças responsáveis pelas orientações e políticas que têm sido impostas aos Povos. E mostram que à crise económica e social e à contestação social generalizada se soma, agora, a contestação política e eleitoral às políticas e orientações que têm vindo a ser seguidas.

Os derrotados acenam, agora, com os perigos do extremismo tentando, meter no mesmo saco a extrema-direita e os partidos comunistas, progressistas e de esquerda que contestam o atual rumo da União Europeia.

O que sublinhamos é que a subida da extrema-direita, um sinal preocupante e perigoso dão-se não nos chamados países "pobres" do sul onde as massas populares sofrem mais com as consequências destas políticas, mas exatamente nos países chamados do "centro" da Europa de onde emanam algumas das mais dolorosas imposições e visões xenófobas oficiais que sustentam a visão colonial que impera na UE. É em França, na Dinamarca, Alemanha, Reino Unido, Finlândia e Áustria que se registam maiores subidas desta corrente.

Tal facto diz muito sobre as razões, natureza de classe e real génese desta corrente ideológica a que o capitalismo ciclicamente recorre quando mergulhado na sua própria crise.

Z
FM

Mas, os resultados eleitorais no que concerne ao crescimento eleitoral das várias forças comunistas, progressistas e de esquerda são um sinal de alento para a luta que se vai seguir contra o rumo da construção Europeia.

2. Regressando a Portugal podemos afirmar que estas eleições em si mesmas não resolveram os grandes problemas que afligem os portugueses e o País. Mas elas mostram uma forte condenação ao atual governo e aos partidos da política de direita que tem estado no centro da intensa luta, designadamente nos últimos três anos. Ao mesmo tempo que os votos conquistados pela CDU significam a mobilização e apoio de portugueses que não se deixaram iludir pela propaganda enganosa do governo e pelas falsas promessas de mudança do PS. É um voto que representa dar mais força ao desenvolvimento da luta de massas pela exigência de demissão do governo, convocação de eleições antecipadas, rutura com a política de direita e por uma política patriótica e de esquerda.

É com a força do povo que se continuará a luta por um Portugal com futuro.

É preciso continuar a denunciar a ofensiva e a mistificação em torno da anunciada conclusão do chamado "programa de assistência financeira" que significou o brutal agravamento das condições de vida do povo e comprometeu o desenvolvimento do País.

Não há nenhuma saída limpa da situação de exploração, empobrecimento e capitulação nacional que tem sido imposta a coberto do acordo subscrito com a Troika que se confirmou, nestes três anos como um programa concebido para assegurar um milionário programa de apoio e de garantias a banqueiros e monopolista à custa da exploração e do afundamento do País: mais de 670 mil desempregados, mais de 470 mil empregos destruídos, mais de 600 mil portugueses lançados na pobreza (elevando para quase três milhões o seu número total), uma recessão superior a 6%, sem precedentes desde a 2ª guerra mundial, mais de 200 mil portugueses condenados à emigração forçada e quase 100 mil empresas liquidadas, um país mais endividado e sujeito a um serviço da dívida insustentável, entrega ao grande capital (sobretudo estrangeiro) de empresas e sectores estratégicos indispensáveis ao desenvolvimento do País.

Em preparação está, com a cumplicidade do PS, a substituição deste Programa de Agressão por outro instrumento que perpetue esta política, uma política que representa um verdadeiro golpe contra o regime democrático, à soberania de decisão do povo português e à independência nacional, de sistemático confronto com a Constituição da República e a ativa cumplicidade do Presidente da República.

É preciso dar mais força à luta contra a Agenda da Troika em que os seus promotores ambicionam prosseguir uma agenda de exploração e de saque de recursos do Povo e do

Z
FM

País como esteve patente na apresentação a 17 de Maio da chamada “Estratégia de médio prazo”, aprovada a 17 de Maio pelo Conselho de Ministros, assente no Documento de Estratégia Orçamental e no chamado guião para a Reforma do Estado que representam mais cortes nos salários e pensões, tornando o que era transitório em definitivo, mais impostos sobre os trabalhadores (de que é exemplo o aumento da TSU e do IVA), maior redução do direito à saúde, à educação e à segurança social num quadro de um crescimento económico quando muito residual, de uma taxa de desemprego insuportável e em que os grupos económicos continuam a beneficiar de privilégios, apoios e benefícios fiscais.

É preciso lutar contra a proposta de revisão do Código de Trabalho, visando a destruição da contratação coletiva com o que ela comporta de garantia de direitos e de rendimentos dos trabalhadores, a legislação laboral da administração pública e a proposta dos chamados “benefícios fiscais ao investimento”, que não é mais do que um novo e milionário pacote de benesse fiscal ao grande capital testemunham o objetivo do governo de intensificar a sua política de exploração, empobrecimento e agravamento das injustiças.

A farsa em torno da “saída limpa” esconde que o que está em preparação em nome dessa falsa saída são condições e instrumentos para manter Portugal submetido ao espartilho do défice e da dívida e sujeito à ditadura do que agora designam por “mercado”. No passado recente com os PEC e o pacto de Agressão subscrito pelas Tróikas nacional e estrangeira e para o futuro por via do Tratado Orçamental, da insistência das políticas que sustentam o Euro integradas em anteriores Tratados, que o PSD, CDS-PP e PS aprovaram e apoiam e ambicionam utilizar para perpetuar a mesma política.

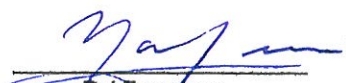
Os vereadores da CDU apelam por isso à participação dos trabalhadores e da população do Concelho de Odivelas ao necessário desenvolvimento da sua luta, nas empresas e nas ruas, em defesa das suas condições de vida e dos seus direitos, na exigência de demissão do governo e rutura com a política de direita e a sua participação nas jornadas de luta convocadas pela CGPT para 21 de Junho em Lisboa.

Será com a força do Povo que se abrirá caminho a um Portugal com futuro.

Odivelas 4 de Junho de 2014

Os Vereadores da CDU


Maria Fernanda Mateus


Rui Francisco

Maria Natália Santos